

# Medidas para viabilizar PPPs nos municípios serão apresentadas no IV EMDS



Rodrigo Enes / FNP

A necessidade de buscar soluções que viabilizem e incentivem a adoção de programas de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) foi tema de reunião no dia 22 de fevereiro, no ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). Novo regramento poderá ser apresentado para os municípios durante o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS). [Pág. 3](#)

## FNP elege nova diretoria para mandato até 2019

Durante o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), a FNP fará eleição e posse da nova diretoria da entidade. O mandato terá vigência até abril de 2019. Além da presidência, a diretoria da FNP é composta por outros cargos distribuídos em diretoria-executiva, representações temáticas, conselho fiscal, recortes estaduais e por porte populacional. [Pág. 5](#)

## Cide Municipal avança no Congresso Nacional

O deputado Mario Negromonte Junior (BA), relator da Proposta de Emenda à Constituição 159-A, apresentou parecer favorável à Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) Municipal sobre os combustíveis, como alternativa para o barateamento das tarifas. A proposta, que vem sendo trabalhada pela FNP, desde 2013, foi detalhada pelo parlamentar. [Pág. 6](#)

## SUS legal é uma conquista dos municípios

Em reunião no dia 3 de março com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, o presidente da FNP, Marcio Lacerda, tratou do projeto SUS Legal. A iniciativa, que simplificará as normas para repasse dos recursos federais do SUS, precisa ser regulamentada. A portaria poderá ser assinada durante o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). [Pág. 3](#)

## INSCREVA-SE NO IV EMDS

[www.emds.fnp.org.br](http://www.emds.fnp.org.br)

IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reinventar o financiamento e a governança das cidades  
24 a 28 de Abril de 2017 | Estádio Mané Garrincha | Brasília - DF



## Fortaleza recebe menção honrosa das Nações Unidas



Divulgação / PMF



A capital cearense recebeu, no mês de janeiro, menção honrosa do Programa nas Nações Unidas para Assentamentos Urbanos (ONU-Habitat), pelo projeto do Parque Rachel de Queiroz, considerado uma boa prática de governo que leva a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da cidade.

O comitê técnico indicou que o Parque Rachel de Queiroz se destacou por ter elementos inovadores e com alto potencial de integração de comunidades, ou seja, ambientes providos de parques urbanos

lineares em áreas vulneráveis, tornando-as mais inclusivas. A relação socioeconômica com o entorno, a interação do ambiente natural com o ambiente construído, as dimensões do parque, trechos implantados foram fundamentais para o reconhecimento.

No total, foram inscritos 146 projetos de 16 países. O parque, que está em fase de finalização, conta com uma área de influência em 22 bairros de Fortaleza e possui uma área aproximada de 137 hectares de área verde, com 19 trechos ■

## Em Contagem “Domingo é meia”

Divulgação / PMC



1º de janeiro pelo prefeito Alex de Freitas. O Decreto 002, dá um desconto de 50% no sistema público de transporte coletivo urbano de Contagem, aos domingos, quando a passagem passa a custar apenas R\$ 2.

O prefeito destaca a importância do programa. “Essa ação foi firmada com o morador de Contagem ao longo da eleição e meu objetivo é propiciar aos usuários uma maior comodidade com um preço mais em conta. O contagemense poderá aproveitar o domingo para rever familiares, aproveitar o lazer e a cultura da cidade com uma passagem mais barata”, disse.

A expectativa do presidente da Transcon é que o número de usuários dos ônibus dobre aos domingos ■

O bombeiro mecânico Sebastião Alves vai aproveitar muito mais os domingos. Ele é um dos 32 mil beneficiados pela redução do valor das passagens de ônibus em Contagem, por meio do programa “Domingo é Meia”. “Vai ser muito importante para os moradores. Fui fazer uma visita e, normalmente, gastaria mais de R\$ 8, mas gastei apenas quatro”, disse Alves, no lançamento do programa.

O programa foi lançado no dia

Boa prática indicada pelo município

## AGENDA

DATA	EVENTO	LOCAL	INFORMAÇÕES
10 de março	Lançamento Regional do IV EMDS	Contagem/MG	www.emds.fnp.org.br
11 de março	Lançamento Regional do IV EMDS	Divinópolis/MG	www.emds.fnp.org.br
15 de março	Reunião do Conselho Consultivo (2ª rodada)	Brasília/DF	www.emds.fnp.org.br
15 de março	124ª Reunião Ordinária do Conama	Brasília/DF	www.mma.gov.br
16 de março	Seminário Regional de Responsabilidade Social	Ipatinga/MG	www.sympla.com.br
16 de março	Lançamento Regional do IV EMDS	João Pessoa/PB	www.emds.fnp.org.br
17 de março	Lançamento Regional do IV EMDS	São Paulo/SP	www.emds.fnp.org.br
18 de março	Lançamento Regional do IV EMDS	Muriae/MG	www.emds.fnp.org.br
22 de março	Reunião do Conselho Consultivo (2ª rodada)	São Paulo/SP	www.emds.fnp.org.br
23 de março	Lançamento Regional do IV EMDS	Uberaba/MG	www.emds.fnp.org.br
24 de março	Lançamento Regional do IV EMDS	Apucarana/PR	www.emds.fnp.org.br
24 de março	Lançamento Regional do IV EMDS	Vitória/ES	www.emds.fnp.org.br
24 de março	Lançamento Regional do IV EMDS	Poços de Caldas/MG	www.emds.fnp.org.br
30 de março	Lançamento Regional do IV EMDS	Manaus/AM	www.emds.fnp.org.br
31 de março	Lançamento Regional do IV EMDS	Santos/SP	www.emds.fnp.org.br
31 de março	Lançamento Regional do IV EMDS	Joinville/SC	www.emds.fnp.org.br
31 de março	Lançamento Regional do IV EMDS	Palmas/TO	www.emds.fnp.org.br
6 de abril	Lançamento Regional do IV EMDS	Montes Claros/MG	www.emds.fnp.org.br
7 de abril	Lançamento Regional do IV EMDS	Ribeirão Preto/SP	www.emds.fnp.org.br
7 de abril	Lançamento Regional do IV EMDS	Aparecida de Goiânia/GO	www.emds.fnp.org.br
7 de abril	Lançamento Regional do IV EMDS	Juiz de Fora/MG	www.emds.fnp.org.br
4 a 7 de abril	Atual Cenário da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil	São Paulo/SP	www.reedalcantara.com.br
4 de abril	4ª Reunião da Coordenação Política do IV EMDS	Brasília/DF	www.emds.fnp.org.br
4 de abril	Reunião do Conselho Curador do IV EMDS	Brasília/DF	www.emds.fnp.org.br
24 a 28 de abril	IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável	Brasília/DF	www.emds.fnp.org.br

PARTICIPE

IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reinventar o financiamento e a governança das cidades  
24 a 28 de Abril de 2017 | Estádio Mané Garrincha | Brasília - DF

www.emds.fnp.org.br

Presidente: Marcio Lacerda. Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela. Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge. Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati. Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes. Secretário-geral: Luiz Marinho. Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Ingrid Freitas, Livia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Ilustração: Phillipe Cedro e Tayelen Arruda. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 – CEP: 70340-910 – Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 9/03/2017.

# Novas medidas para viabilizar PPPs e Concessões nos municípios serão apresentadas no IV EMDS

Em reunião no ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) no dia 22 de fevereiro, o presidente da FNP, Marcio Lacerda, reafirmou a necessidade de buscar soluções que viabilizem e incentivem a adoção de programas de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) nos municípios. O encontro reuniu o ministro Dyogo de Oliveira, o secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do MPDG, Hailton de Almeida, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, além de representantes da Caixa, Banco do Brasil, BNDES, Ipea, Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF).

“Essa discussão sobre concessões e PPPs se dá em um momento muito oportuno. Precisamos dar

início a um processo de retomada do crescimento, mas reconhecemos as dificuldades frente às limitações fiscais. Nosso objetivo aqui é tentar construir mecanismos de suporte para que os investimentos possam ocorrer de forma mais rápida, mais efetiva, melhorando a qualidade da infraestrutura, contribuindo para melhorar a produtividade do país. E a participação do presidente da FNP ajuda muito, pela vasta experiência na implementação de várias PPPs em Belo Horizonte/MG”, declarou o ministro Dyogo.

Os desafios que contextualizam os programas de concessões e PPPs municipais foram destacados também pelo presidente da FNP. Segundo ele, é fundamental que os procedimentos sejam simplificados. “O que se vê é uma grande dificuldade de criar estruturas técnicas com

qualificação de gerenciamento. Precisamos de um novo modelo, de uma estrutura criativa”, defendeu.

Na ocasião, Lacerda destacou que o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) será uma “excelente oportunidade” para apresentar novas propostas de PPPs e concessões aos prefeitos que assumiram recentemente. “A partir dessa discussão de hoje, teremos condições de propor, no IV EMDS, medidas que facilitem os programas de PPPs nos municípios de médio porte. Esse evento tem como eixo central a reinvenção do financiamento das cidades, que é exatamente o que buscamos aqui”, completou.

Para o presidente da CBIC, José Carlos Martins, as concessões e PPPs, embora sejam uma



Novas regras para PPPs serão necessárias

alternativa na busca por investimentos, falta estrutura técnica nas prefeituras. “Falta conhecimento, falta garantia, sem contar com a questão da legislação. É preciso simplificar”, disse Martins.

Na busca por um modelo con-

sensual, os participantes farão uma nova reunião até a segunda quinzena de março. O objetivo é apresentar no IV EMDS um conjunto de medidas que contemple as necessidades para a viabilização das concessões e PPPs nos municípios de médio porte ■

## Portaria que institui o SUS Legal poderá ser assinada durante o IV EMDS



SUS Legal vai facilitar transferências

Em reunião no dia 3 de março com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, o presidente da FNP, Marcio Lacerda, agradeceu o empenho do ministério na criação do SUS Legal. A iniciativa simplificará as normas para repasse dos recursos federais do Sistema Único de Saúde (SUS) e deverá ser regulamentada, com regras de transição, para que não haja descontinuidade dos serviços.

Ainda na audiência, Lacerda sugeriu que a portaria que institui e regulamenta a proposta seja assinada durante o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), que será realizado em Brasília/DF, de 24 a 28 de

abril. “Seria uma excelente oportunidade, já que estaremos discutindo questões ligadas à necessidade de reinventar o financiamento e a governança das cidades”, explicou.

Segundo o ministro, caso a pactuação evolua em tempo hábil na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), o ato poderá, sim, ocorrer durante o evento. A possibilidade de assinatura durante o IV EMDS tem o apoio, ainda, do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

O IV EMDS, já considerado o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, também foi pauta da audiência com o ministro. Na ocasião, o presidente da FNP

apresentou detalhes sobre a estrutura e temário que será discutido durante os cinco dias de programação. Lacerda destacou que as atividades serão voltadas, essencialmente, à promoção do diálogo com a nova geração de prefeitas e prefeitos, com debates norteados pela temática central “Reinventar o financiamento e a governança das cidades”.

No âmbito da saúde, a sala “Garantia da qualidade e do acesso universal à Saúde” vai propor discussões sobre quatro questões: “Para o cuidado integral da saúde das pessoas: redes regionalizadas são uma boa alternativa?”; “O que pode ser um governo regional do SUS?”; “O que mais falta ao SUS: Gestão, recurso ou gestão econômica?” e “É justo judicializar a saúde? Para onde nos conduz a judicialização da saúde no Brasil?”.

A inscrição para o IV EMDS é gratuita e pode ser realizada pelo site do evento [www.emds.fnp.org.br](http://www.emds.fnp.org.br).

### SUS Legal

O SUS Legal propõe uma reorganização dos planos orçamen-

tários municipais, estaduais e da União. No novo modelo, capital e custeio passam a ser as duas únicas modalidades de repasse, sem mais os blocos de financiamento e as famosas “caixinhas”. Estão previstas, também, mudanças estruturais em processos como planejamento

integrado, programação, sistema de informação em saúde, monitoramento, avaliação e a gestão dos fundos de saúde.

Para o presidente da FNP, “a medida vai garantir mais autonomia aos municípios na prestação de serviços de saúde” ■

## FNP constrói posição sobre reajuste do piso do magistério

Em busca de equilíbrio federativo, a FNP está trabalhando na construção de um posicionamento sobre as regras atuais utilizadas para o cálculo do reajuste do piso do magistério, definidas pela Lei 11.738/2008. O debate terá continuidade no dia 20 de março, no Ministério da Fazenda, e para que seja mais estruturado, a FNP aguarda, até o dia 13 de março, sugestões e argumentos de prefeitos sobre o assunto.

O tema está sendo discutido amplamente e desde o dia 14 de fevereiro, em reunião promovida pelo governo federal, com entidades municipalistas e o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Po-

líticas Públicas (Cmap). Na ocasião, a FNP sugeriu novas rodadas técnicas de negociação para elaborar uma proposta que mantenha a política de valorização do magistério de forma sustentável financeiramente para todos os entes da federação.

O Comitê é composto por representantes dos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), da Fazenda (MF); da Casa Civil da Presidência da República e da Controladoria-Geral da União (CGU); e conta com a participação de membros de instituições convidadas, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) ■

# Salas Temáticas promovem debates sobre assuntos dos municípios

Paulo Victor / FNP



No III EMDS foram 13 Salas Temáticas

Vinte e duas Salas Temáticas abrangerão temas de impacto nas cidades, na vida das pessoas e na gestão dos prefeitos, durante o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). Destinada especialmente a secretários, técnicos e gestores municipais, a atividade proporciona aos participantes aprofundamento em assuntos específicos. O evento, realizado pela FNP, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Mi-

cro e Pequenas Empresas (Sebrae), será realizado de 24 a 28 de abril deste ano, em Brasília/DF.

Com o tema central “Reinventar o financiamento e a governança das cidades”, a quarta edição do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país irá focar em discussões como Parcerias Público-Privadas (PPPs), Consórcios Públicos, estratégias para otimizar as receitas municipais e inovações para transformar a

gestão e qualificar o gasto. Esses e outros assuntos estão contemplados nas Salas Temáticas, que serão subdivididas em quatro mesas de debates.

Durante os cinco dias de evento, a expectativa é que mais de 520 painelistas, entre moderadores, comentaristas e debatedores, circulem pelas 22 Salas Temáticas. As atualizações da programação do IV EMDS podem ser acompanhadas no site [www.emds.fnp.org.br](http://www.emds.fnp.org.br) ■

## SALAS TEMÁTICAS DO IV EMDS

<b>ST01</b> Os pequenos negócios na retomada do desenvolvimento local	Nesta Sala Temática será discutido o protagonismo dos pequenos negócios e a importância dos microempreendedores individuais para o desenvolvimento econômico das cidades e do país.	<b>ST13</b> Os desafios federativos para a promoção da cidadania e da transversalidade na Educação	Serão debatidos os desafios da universalização da educação infantil, Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Regime de Colaboração: desafios e possibilidades; valorização dos profissionais da educação magistério.
<b>ST02</b> A RedeSimples e a melhoria do ambiente de negócios para as pequenas empresas	Desburocratização e eficiência do poder público, empregados pela Redesimples, serão temas centrais deste espaço. Desafios pela ótica do licenciamento, da regulação, da fiscalização e da viabilidade econômica e social também serão debatidos.	<b>ST14</b> Lixo vale dinheiro - coleta e valorização de resíduos	As mesas de debate desta Sala Temática abordarão temas do fim dos sistemas de gestão de resíduos sólidos, gestão de resíduos especiais, capacitação de gestores municipais para a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e os ODS.
<b>ST03</b> Economia Solidária para o desenvolvimento sustentável	Políticas de fomento à economia solidária, dinamismo econômico, potencialidades locais, gestão social do desenvolvimento serão alguns dos temas debatidos nas mesas desta Sala Temática.	<b>ST15</b> Eficiência energética, iluminação pública e energias renováveis	Esta Sala Temática abordará os desafios para a inserção de energias renováveis no ambiente urbano, incluindo novos modelos de negócios para a inserção de energias como biogás e solar nas cidades; o potencial de economia na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo experiências já implementadas no Brasil; acesso a novas tecnologias e gestão de iluminação pública, com foco nos estudos desenvolvidos no Fórum Mundial; e oportunidades de acesso a programas de financiamento externos para eficiência energética em cidades e prédios públicos.
<b>ST04</b> Inovações para transformar a gestão e qualificar o gasto	Nesta Sala serão apresentados e debatidos temas na esfera do planejamento e orçamento de serviços oferecidos aos cidadãos, na modernização e logística em compras públicas e na gestão de carreiras públicas municipais ou de estado.	<b>ST16</b> Estratégias para otimizar as receitas municipais	Diante do cenário de crise econômica, é pertinente a discussão sobre receitas municipais no Brasil; o desempenho e potencial do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); instrumentos tributários e não tributários e a
<b>ST05</b> Os municípios do g100 demandam tratamento diferenciado e favorecido	Projetos de apoio à modernização da administração tributária dos municípios populosos, com baixa receita pública e alta demanda social estarão em pauta desta Sala. Além disso, o debate contemplará propostas, experiências exitosas e mecanismos disponíveis para o enfrentamento da escassez de recursos nos municípios pobres e populosos.	<b>ST17</b> Cidadania, participação social e o direito à cidade	As mesas de debate oferecerão subsídios para promover e fortalecer a participação social no município. Também serão tratados os desafios para tornar a cidade mais acessíveis e livres de discriminação; comunidades tradicionais e seu papel na cidadania; o papel das mídias e a participação social.
<b>ST06</b> Consórcios públicos e governança metropolitana em contexto de crise	Desafios da expansão e qualificação da oferta, soluções inovadoras em governança e inovação em serviços consorciados, bem como o Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF) serão assuntos da Sala Temática.	<b>ST18</b> Responsabilidades das políticas setoriais com a Juventude	Essa Sala Temática será uma oportunidade para debater instrumentos de inclusão social de crianças, adolescentes e jovens, por meio de políticas intersetoriais. Garantia do acesso às atividades culturais e a participação dos jovens na criação de produtos culturais; combate à letalidade juvenil; o desenvolvimento de políticas de proteção a crianças e adolescentes durante eventos populares também devem ser discutidos durante o IV EMDS.
<b>ST07</b> Garantia da qualidade e do acesso universal à Saúde	Os desafios na prestação de serviços públicos em saúde pelos municípios, bem como o Sistema Único de Saúde (SUS), judicialização da saúde e redes regionalizadas serão pautados nas mesas de debate dessa Sala Temática.	<b>ST19</b> Combate às desigualdades sociais	Estratégias para o combate das desigualdades nortearão os debates desta Sala Temática. Aumento do desemprego e seus impactos na capacidade de governos locais também farão parte da pauta.
<b>ST08</b> PPP's e concessões para viabilizar investimentos	O debate pensado para esta Sala Temática gira em torno de estudos de casos de cidades brasileiras. O objetivo é mostrar aos participantes como as PPPs podem ajudar na transformação das cidades, como estruturar um programa e apresentar projetos de PPPs e os desafios que envolvem o tema.	<b>ST20</b> Transparência na gestão, prevenção e combate à corrupção	Controle interno como forma de garantir gestão pública e de resultados, entre controle interno e controle social; além de informações e indicadores de gestão municipal no Brasil, serão debatidos nesta Sala Temática. Auditoria ambiental no Brasil, a partir de modelos internacionais também estará em pauta.
<b>ST09</b> Financiamento e implementação da Nova Agenda Urbana e dos ODS	Nessa Sala serão debatidos a relevância da Agenda 2030 para os municípios; a Nova Agenda Urbana como oportunidade de investimento; além de benefícios da implementação e financiamento e implementação da Agenda 2030.	<b>ST21</b> Segurança hídrica e Saneamento	Formas de financiar o Saneamento serão discutidas durante essa Sala Temática. O debate também ficará em torno da segurança hídrica; governança e universalização e sustentabilidade.
<b>ST10</b> A ressignificação do espaço público, sustentabilidade e inclusão social	O objetivo dessa Sala é debater sobre o equilíbrio entre valores socioculturais, econômicos e ecológicos, no contexto de uma urbanização acelerada e de mudanças climáticas. Serão discutidos temas como o Estatuto da Metrópole, planejamento urbano, ressignificação de áreas urbanas, cidades resilientes e estratégias de adaptação às mudanças climáticas, além de licenciamento, compensação e pagamento de serviços ambientais.	<b>ST22</b> Desafios da Previdência Municipal	Nesta Sala Temática será possível conhecer bem a situação dos regimes de Previdência, seus impactos na gestão em curto, médio e longo prazo e estratégias para torná-los rentáveis, sustentáveis e instrumentos de desenvolvimento econômico.
<b>ST11</b> Cidades inteligentes, humanas e eficientes	A influência de cidades inteligentes e humanas no século XXI, políticas governamentais para o desenvolvimento desse tipo de cidade e boas práticas sobre essas políticas de desenvolvimento serão o mote destes debates.		
<b>ST12</b> Desafios da mobilidade urbana	Os debates serão em torno de como qualificar o transporte coletivo e atrair novas fontes de recursos; maneira de transformar as cidades através do transporte a pé e de bicicletas; mobilidade urbana sustentável, segura e participativa; e como a gestão da demanda de viagens pode melhorar a mobilidade urbana em um cenário de recursos escassos.		

# Lançamento do IV EMDS percorrerá todas as regiões do país

Até abril, mais de 20 municípios distribuídos pelo país receberão os lançamentos regionais preparatórios do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). Até o momento, cinco cidades já sediaram o evento que tem o objetivo de apresentar o IV EMDS, os projetos da FNP voltados para o desenvolvimento dos municípios e provocar a participação dos governantes no maior

evento sobre sustentabilidade urbana do país (confira a agenda na página 2).

Promovido pela FNP, com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e das prefeituras anfitriãs, os encontros reúnem prefeitos, secretários e gestores municipais que têm a oportunidade de contribuir com o IV EMDS que, nesta edição, terá as discussões norteadas pelo

tema central “Reinventar o financiamento e a governança das cidades”.

Os lançamentos regionais do IV EMDS tiveram início em fevereiro, com reuniões em Recife/PE (3 de fevereiro), Salvador/BA (10 de fevereiro), Fortaleza/CE (10 de fevereiro), Campinas (17 de fevereiro) e Porto Alegre/RS (8 de março). Já foram mobilizadas mais de 300 pessoas nos eventos ■



Marcos Moura / PMF



Max Haak / PMS



Fernanda Sunega\_PMC



Rodrigo Moreira / Sebrae-PE



Ricardo Giusti-PMMA

## Prefeitos de todo país podem concorrer à diretoria da FNP

A eleição da nova diretoria da FNP ocorrerá na 71ª Reunião Geral da FNP, durante o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS), no dia 26 de abril. Além da presidência da FNP, a diretoria é composta por outros 77 cargos distribuídos em diretoria-executiva, representações temáticas, conselho fiscal, recortes estaduais e por porte populacional. A posse será na sequência da eleição e o novo mandato vai até abril de 2019.

Para concorrer a um dos cargos, o prefeito deve estar em exercício de mandato, ter o seu município filiado e estar adimplente com a contribuição junto à FNP. A adimplência corresponde

à quitação, em parcela única, da anuidade até a data da eleição ou ao pagamento de 4/12 avos da anuidade de 2017.

### Vice-presidências temáticas

Os prefeitos que compõem as vice-presidências temáticas são responsáveis por articular a pauta municipalista de forma mais estruturada e específica.

### Vice-presidências estaduais

Essa representação é feita por prefeitos, distribuídos nos estados da Federação. Com essa estrutura é possível identificar e filtrar as pautas conforme as peculiaridades estaduais.

### Vice-presidências por porte populacional

Nesse recorte, a diretoria da FNP

atende às demandas peculiares dos municípios de acordo com sua população. A vida nas cidades tem suas características relacionadas ao número de habitantes, bem como suas necessidades por políticas públicas eficientes para cada perfil de município. Para isso, a FNP conta com prefeitos que representam cidades com até 10 mil habitantes, de 10 a 50 mil habitantes e de 50 a 100 mil habitantes.

### Conselho Fiscal

Responsável por acompanhar as finanças da entidade e sua destinação, o Conselho Fiscal reúne três prefeitos e suplentes em igual número. O objetivo é dar cada vez mais transparência para os recursos e sua utilização ■



Leon Rodrigues / PMS

## São Paulo terá Lançamento Regional do IV EMDS no dia 17 de março

O presidente da FNP, Marcio Lacerda, esteve reunido com o prefeito de São Paulo/SP, João Doria, para tratar do Lançamento Regional do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) na cidade. A atividade preparatória para o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país será na sede da prefeitura, no dia 17 de março.

## Relator de PEC da Cide Municipal é favorável à proposta da FNP

O deputado Mario Negromonte Junior (BA), relator da Proposta de Emenda à Constituição 159-A, apresentou, no dia 7 de março, parecer favorável à Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) Municipal sobre os combustíveis, como alternativa para o barateamento das tarifas. A proposta, que vem sendo trabalhada pela FNP, desde 2013, foi detalhada pelo parlamentar, em relatório apresentado na Comissão Especial que analisa a PEC. No dia 8 de março foi concedido pedido de vista coletiva para que os deputados pudessem analisar o relatório para, então, votarem o texto. Paralelamente, a FNP está consultando o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte e Trânsito para promover uma análise técnica da proposta.

No texto, Negromonte ressaltou a deficiência na prestação

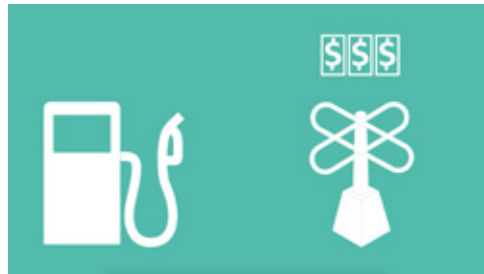
do serviço de transporte público e da situação econômica que o país atravessa. No documento, ele afirma que a situação exige “o equacionamento do financiamento do transporte coletivo urbano”, assunto abordado em audiências

tadual e internacional de caráter urbano, incidente sobre a venda a varejo de gasolina, etanol combustível e gás natural veicular”.

### Cide Municipal

Pela proposta da FNP, a Cide Municipal sobre os combustíveis subsidiaria parte do custo das tarifas de transporte coletivo. A iniciativa seria de autonomia dos municípios e Distrito Federal, por meio de legislação própria.

Segundo dados da Faculdade Getúlio Vargas (FGV), um acréscimo de R\$ 0,10 no preço do combustível reduziria cerca de R\$ 0,30 no valor da tarifa. Atualmente, a Constituição prevê a aplicação dos recursos da Cide apenas no pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e derivados e, ainda, derivados de petróleo ■



públicas e seminário, promovidos pela Comissão.

De acordo com o texto do parlamentar, que utilizou como base a proposta da FNP, ficou decidido a apresentação de um “substitutivo que faculta a instituição de contribuição para o custeio do serviço de transporte público coletivo municipal, intermunicipal, interes-

## Seis entidades já confirmaram realização de Eventos Parceiros no IV EMDS

Fóruns de Secretários Municipais e o Banco Mundial irão participar do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), na categoria Eventos Parceiros. Reuniões e oficinas dão o tom dessas atividades, que são agregadoras de conteúdo

aos participantes do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país.

Instituições, entidades e fóruns que tiverem interesse em realizar seu evento durante o IV EMDS, que será realizado de 24 a 28 de abril deste ano, no estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF, podem entrar em contato pelo telefone: 3044.9800.

### Os eventos parceiros

Durante o Encontro estão confirmadas reuniões do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais



Seminário Brasil Mais Simples foi realizado no III EMDS

de Relações Internacionais (Fonari); Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma); Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Cultura das Capitais e Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e Trânsito (FNTT).

Além de reuniões, os Eventos Parceiros do IV EMDS também contemplarão duas oficinas, uma da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemæ) e outra do Banco Mundial ■

## Abrasf reúne novos secretários de Finanças



Secretários de capitais estiveram em Brasília

A Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) realizou, no dia 21 de fevereiro, em Brasília/DF, a 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2017. Secretários de Finanças/Fazenda empossados no início deste ano participaram da reunião e debateram, entre outros assuntos, Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Precatórios. O grupo se reunirá novamente, em abril, na 1ª Assembleia Geral

Ordinária de 2017.

“Nosso trabalho é aperfeiçoar e fortalecer a administração financeira e tributária municipal. Temos um corpo técnico diferenciado e engajado. Tivemos grandes conquistas como a Lei Complementar 157/2016, que tem o mérito de acabar com a guerra fiscal”, destacou o secretário das Finanças de Fortaleza/CE, Jurandir Gurgel, presidente da Abrasf.

Na oportunidade, também foi proposta uma agenda de tra-

balho para os próximos meses, incluindo demandas dos novos associados. Reforma tributária, déficit previdenciário, securitização da dívida pública, pacto federativo, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e ISSQN estarão em pauta.

“Os municípios capitais precisam ter autonomia para avançar. Estamos aqui para defender conceitos e princípios em busca desta autonomia”, enfatizou o secretário de Fazenda de Aracaju/SE, Jeferson Passos ■

## Smart City Expo 2017 abre chamada para palestrantes

Estão abertas as inscrições para interessados em palestrar no Congresso Mundial Smart City Expo 2017. O edital é destinado a conferencistas que possam contribuir com iniciativas e soluções inovadoras para cidades sustentáveis, inclusivas, equitativas, seguras, saudáveis e colaborativas.

Neste ano, as propostas devem ser baseadas nas temáticas de governança, economia, sociedade, mobilidade, sustentabilidade, dados e tecnologia, cidades seguras e economia circular. Embora não haja limite para o número de propostas, a recomendação é que não sejam inscritas mais que três por autor.

Para participar da chamada, é necessário preencher formulário disponível online, obrigatoriamente, em inglês ou espanhol. O

documento enviado pode ser em formato de apresentação ou em Word, de acordo com os modelos fornecidos no site, em formato PDF e editável, e não deve ter mais de 10 slides ou páginas.

O prazo para apresentação de propostas segue o dia 19 de março. Acesse <https://goo.gl/Xbdnkz> e saiba mais sobre as inscrições e outras informações sobre o Congresso Smart City.

### Smart City Expo

O Congresso Mundial Smart City Expo reúne governantes e gestores locais, regionais, nacionais e globais, instituições acadêmicas, centros de pesquisa, incubadoras, investidores e corporações. A edição 2017 será realizada de 14 a 16 de novembro, em Barcelona (Espanha) ■



# Câmara aprova nova fase do programa de repatriação

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 15 de fevereiro, o Projeto de Lei 6568/16, do Senado Federal, referente à segunda fase do programa de repatriação, que reabre o prazo para regularização de ativos mantidos ou enviados ilegalmente ao exterior. Devido às mudanças feitas, a matéria retorna ao Senado como Substitutivo da Câmara dos Deputados SCD 01/2017, para nova votação.

O tema é parte importante da pauta da FNP e esteve em evidência no final de 2016, quando a entidade se mobilizou e conquistou repasse do valor proveniente da multa do programa aos municípios, para o fechamento de contas do ano.

Com aprovação de 303 votos a 124, o substitutivo do deputado Alexandre Baldy (GO) garante um novo prazo de adesão de 120 dias, que começa a ser contado a partir da data da regulamentação do assunto pela Receita Federal. O patrimônio a ser declarado será aquele em posse do declarante em 30 de junho de 2016. As mudanças serão feitas na Lei 13.254/16.

A tributação total também muda. Enquanto a versão do Senado previa 17,5% de imposto e 17,5% de multa, a Câmara reduziu o valor para 15% de imposto e aumentou a multa para 20,25%. O Projeto de Lei prevê de forma explícita a partilha de 46% dos valores arrecadados com a multa com os estados e os municípios, por meio dos fundos de participação (Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios). A FNP irá acompanhar a tramitação do Projeto no Senado e a sanção presencial com atenção redobrada principalmente quanto a partilha de todos os valores, em especial a multa.

Os deputados retiraram da matéria a possibilidade de parentes de mandatários e agentes públicos aderirem ao programa de repatriação de ativos. Além disso, foi excluída do texto a possibilidade de os não residentes no Brasil, em 30 de junho de 2016, aderirem ao programa. Pelo texto que veio do Senado, isso seria possível, caso essas pessoas tivessem sido residentes ou domicilia-

das no país, conforme a legislação tributária, em qualquer período entre 31 de dezembro de 2010 e 30 de dezembro de 2016.

## Acréscimos

Também foi incluído um trecho no substitutivo para impedir que declaração incorreta em relação ao valor dos ativos implique a exclusão do regime de regularização, permitindo à Fazenda exigir complementação de pagamento por meio do lançamento do tributo em auto de infração. A extinção da punibilidade dos crimes, entretanto, ocorrerá apenas com o pagamento integral dos tributos e dos acréscimos lançados.

Ao aderir ao regime, o contribuinte será anistiado de vários crimes tributários relacionados aos valores declarados, como sonegação fiscal ou descaminho, e de outros listados em leis específicas, a exemplo da lei sobre lavagem de dinheiro e evasão de divisas.



Divulgação / EBC

## Conquista FNP

No dia 29 de dezembro do ano passado, o presidente da FNP, Marcio Lacerda, então prefeito de Belo Horizonte/MG, acompanhado de outros prefeitos da diretoria da entidade, estiveram reunidos com o presidente da República, Michel Temer, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o vice-presidente do Tribunal de Contas da União, Raimundo Carreiro para assegurar o repasse dos valores da multa do programa de repatriação aos municípios em tempo hábil para o fechamen-

to de contas de 2016.

Antes, a partir de mobilização da FNP, a União já havia se comprometido em fazer o depósito, por meio da Medida Provisória 753/2016, que tratou da forma de partilha da multa, mas o TCU proibiu a mudança de data da entrada dos recursos, alegando feriado bancário. Após visita ao ministro Carreiro e entendimento sobre o funcionamento dos bancos, a FNP conquistou o repasse desses valores no dia 30 de dezembro, executado pelo governo federal ■

# Oficina do Instituto MDT debate ações e planos para o transporte público



Movimento aponta possibilidades para mobilidade urbana

O Instituto do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT) realizou a segunda oficina para a criação de um plano de gestão para o instituto,

dia 14 de fevereiro, na sede da FNP, em Brasília/DF.

“O MDT é uma articulação que tem 13 anos de existência e, no ano de 2016, se tornou um instituto. Aí o conselho editor achou que era a

hora de fazer um plano de gestão. Por isso, achamos importante fazer duas oficinas, a primeira aconteceu em São Paulo/SP, no final do ano de 2016, e agora em Brasília/DF”, destacou o diretor executivo do

MDT, Nazareno Stanislaw Affonso.

Affonso ressaltou que esse trabalho é uma espécie de carta de navegação para o MDT. “É muito amplo, vai desde um plano de luta, ação, até como vamos atuar no campo institucional, projetos e parcerias”.

A ideia é que das duas oficinas seja feita uma síntese para o conselho diretor do MDT e, em seguida, a confecção do plano de gestão. “A nossa ação, com esse plano, é orientar os prefeitos. É um assunto técnico, por isso a nossa missão é contribuir”, frisou o presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU), Haroldo Piniheiro, que participou da oficina.

O evento em Brasília contemplou representação dos movimentos populares, dos trabalhadores em transporte, de empresários do setor, sindicatos, técnicos em transporte, associação de transporte metro-ferroviário, profissionais liberais, do Conselho de

Arquitetura e Urbanismo e da federação de engenheiros do país.

## Atuação

São seis os eixos de atuação do Instituto do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos: Mobilidade urbana sustentável para todos; Investimento permanente no transporte público; Barateamento das tarifas para inclusão social; Democratização do uso das vias públicas, priorizando-se o transporte público e os modais não motorizados; Transporte público com desenvolvimento tecnológico e respeito ao meio ambiente e Integração entre as políticas de mobilidade urbana e de uso e ocupação do solo.

Cinco desses eixos foram definidos quando da criação do MDT em 2003; o sexto eixo traduz uma adequação dos propósitos da entidade à Lei de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/12) ■

# Voluntários da Campanha “Respeitar Proteger Garantir” atuam no Carnaval do Rio

O Carnaval do Rio de Janeiro/RJ foi o primeiro grande evento de 2017 a contar com as ações da campanha “Respeitar Proteger Garantir: todos juntos pelos direitos de crianças e adolescentes”. A iniciativa contou com 20 voluntários, que atuaram no Terminal das Barcas, na Praça XV, na Rodoviária Novo Rio e na Sapucaí.

Atividades em áreas periféricas com o bloco dos Catalatas e marchinha contra o trabalho infantil também marcaram a Campanha, que teve início no dia 21 de fevereiro e seguiu durante todo o carnaval. A exemplo das ações realizadas durante as Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016, as ações foram no sentido de conscientizar turistas e população em geral sobre a importância de denunciar pelo Disque 100 e pelo aplicativo Proteja Brasil qualquer situação de violação de direitos, especialmente a violência sexual, o trabalho infantil, o uso de álcool e drogas e crianças em situação de rua, que são as mais recorrentes em

festas populares.

No lançamento da Campanha, dia 21 de fevereiro, no Museu do Amanhã, o prefeito anfitrião, Marcelo Crivella, destacou a importância do trabalho. “Estamos felizes de essa campanha ser lançada aqui, porque temos uma responsabilidade enorme. No carnaval, no exagero da bebida, na euforia da festa e das fantasias, crimes são cometidos. Então, vamos à folia, mas vamos vigiar nossas crianças e adolescentes”, declarou Crivella.

A prefeita de Caruaru/PE, Raquel Lyra, que na ocasião representou a FNP, reiterou o compromisso da entidade em promover ações e fomentar a implementação de políticas públicas, nas cidades, voltadas à proteção de crianças e adolescentes. “A campanha Respeitar Proteger Garantir já foi um sucesso nos grandes eventos do ano passado e, agora no carnaval, vai dar ainda mais visibilidade à importância de cuidarmos das nossas crianças e adolescentes.



Proteção às crianças e adolescentes foi objetivo dos voluntários

Espero que Caruaru seja contemplada com essa ação durante o São João”, disse Raquel Lyra.

Para a secretária municipal de Assistência social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, Teresa Bergher, “mais do que recursos, é necessário fortalecer laços e investir na prevenção da exploração e na garantia dos direitos desses indivíduos”. Segundo a gestora, o

ideal é que “a campanha se torne permanente e que cada uma dessas grandes festas possa ser um alerta, um convite, uma lembrança de que as crianças e os adolescentes têm que ser prioridade”.

Participaram ainda da cerimônia de lançamento da campanha a Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, Cláudia Vidigal, e

representantes do Viva Rio.

## Respeitar Proteger Garantir

A continuação da campanha Respeitar Proteger Garantir é um dos eixos do projeto Rio 2016 - Olimpíadas dos direitos de crianças e adolescente, realizado pela FNP, Viva Rio e ISCOS Piemonte, e cofinanciado pela União Europeia ■

## Presidente da FNP participa de Encontro do Programa Cidades Sustentáveis



Proteção às crianças e adolescentes foi objetivo dos voluntários

Um novo modelo de governança focado no desenvolvimento sustentável foi tema da mesa de abertura do I Encontro do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) com as prefeituras signatárias (gestão 2017/2020), no dia 15 de fevereiro, em São Paulo/SP. O presidente da FNP, Marcio Lacerda, participou do debate inicial e destacou o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) como oportu-

nidade para o diálogo. Também participaram do evento os prefeitos de Campinas/SP, Jonas Donizette, e de Palmas/TO, Carlos Amastha.

Segundo o coordenador geral da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis, Oded Grajew, o I Encontro foi uma oportunidade para destacar, novamente, a importância do desenvolvimento sustentável, com engajamento de parceiros e da sociedade. “Temos o dever ético

de pregar a necessidade de mudança do modelo de desenvolvimento”, afirmou.

Grajew destacou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), como o maior resultado da conferência Rio+20. “Temos uma agenda para ser perseguida por todos os países, e as cidades têm papel importantíssimo em sua concretização”, completou.

Para Lacerda, os ODS são um norte para essas mudanças e reforçou, ainda, o protagonismo dos gestores locais para isso. “Estaremos juntos para que os ODS se transformem, realmente, em mapa do caminho para todos os prefeitos que quiserem aderir com o nosso apoio”, concluiu.

De acordo com o secretário-executivo do Iclei – Governos Locais pela Sustentabilidade, secretariado para a América do Sul, Rodrigo Perpétuo, os compro-

missos globais e seu processo de implementação são uma novidade para os governos locais. “O grande desafio é poder unir esforços e implementar, de maneira concreta, de forma que a gente consiga um resultado coletivo que possa emergir a influência local para atingir esses objetivos também no plano global”, falou. Perpétuo citou o prefeito Carlos Amastha como um exemplo na adesão da agenda.

Também participaram da mesa de abertura o presidente da Associação Brasileira dos Municípios (ABM), Eduardo Tadeu; o secretário de Gestão de São Paulo/SP, Paulo Uebel, e o presidente do Conselho do Instituto São Paulo Sustentável e ex-presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Jorge Abrahão, que destacou o momento atual como uma oportunidade para que as “cidades sejam um grande agente de transformação da sociedade”.

Durante o evento também foram apresentados os instrumentos e ferramentas inéditos,

destinados às prefeituras, com foco em mudanças climáticas e indicadores de acompanhamento:

- Anexo GPS/Indicadores e Guia de orientações para a elaboração de Planos de Metas: Realização do Programa Cidades Sustentáveis;

- Guia de Ação Local pelo Clima: Fruto de uma parceria do ICLEI América do Sul e Programa Cidades Sustentáveis, com apoio da Fundação Konrad Adenauer;

- Guia orientador para construção de Mapas da Desigualdade nos municípios brasileiros: Elaborado em parceria com a Oxfam Brasil e com apoio da Fundação Ford;

- Acesso à Justiça no Brasil: Índice de Fragilidade dos Municípios - Resultado de uma parceria entre a Open Society Foundations, o Programa Cidades Sustentáveis e a Rede Nossa São Paulo ■